

POLÊMICA EM TORNO DA SALVAÇÃO CRISTÃ

Nayara Gleyce Prates Amorim Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Talita Souza Figueredo
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Edvania Gomes da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A proposta deste artigo é analisar, a partir de alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso, principalmente aqueles formulados por Dominique Maingueneau (2004 [1984]), um espaço discursivo polêmico, que envolve dois posicionamentos. Estes polemizam em torno do que seja a salvação, um dos conceitos espirituais mais importantes do cristianismo. Por um lado, há o posicionamento da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a qual defende que a salvação é alcançada pela fé em Jesus Cristo, que, com o auxílio dos Sacramentos, nos leva a termos boas ações. Por outro lado, há o posicionamento da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), para o qual a salvação se dá pela graça, por meio da fé em Jesus Cristo. Nesse sentido, para os católicos, os sacramentos e as boas obras são necessários para alcançar a salvação, já, para os presbiterianos, a Graça é um favor imerecido de Deus. Vemos, nesse embate, o estabelecimento de uma relação polêmica, em que os semas “salvação por mérito” e “salvação pela graça” se opõem. Dessa forma, ICAR e IPB polemizam entre si por meio de simulacros, e, por vezes, negam a autoridade do Outro no interior do espaço discursivo, a fim de constituir o Mesmo como portador de uma verdade irrefutável. Para comprovar nossa hipótese de trabalho, analisamos formulações de dois textos, um de cada um dos posicionamentos aqui analisados. As análises indicam que o campo religioso é bastante fecundo no que se refere à análise da polêmica discursiva, pois diferentes religiões disputam entre si uma suposta “verdade”, no que se refere a questões de fé e de doutrina.

Palavras chave: Discurso. Polêmica. Salvação Cristã.

Fundamentação teórica

A partir da perspectiva da Escola Francesa de Análise do Discurso francesa, mais precisamente dos pressupostos teóricos de Maingueneau, objetivamos, neste trabalho, descrever e analisar o funcionamento polêmico de dois posicionamentos discursivos. De acordo com o referido autor, para compreender o funcionamento de um discurso é preciso analisá-lo com base na relação entre enunciado e mecanismos enunciativos. Nesse sentido, o estudo da polêmica torna-se bastante produtivo, afinal, por meio da análise de um espaço polêmico, é possível identificar a relação entre aquilo que alguns chamam de superfície discursiva, que se mostra, por exemplo, nos mecanismos enunciativos, como a negação polêmica; e uma suposta profundidade, que corresponde às determinações sócio históricas.

Ainda segundo Maingueneau (2005[1984]), o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas o espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos (MAINGUENEAU, (2004[1984])). Para o autor, tal concepção corresponde, de certa forma, a olhar para o exterior, pois não dá para entender o discurso internamente sem entender as relações que este mantém com o interdiscurso que o constitui. Após defender a importância do interdiscurso para as análises discursivas, o autor especifica as características do interdiscurso, com base em três importantes conceitos. O primeiro deles é o de universo discursivo, que é o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada. O universo discursivo é, ainda segundo Maingueneau (2005 [1984]), irrepresentável e jamais concebível em sua totalidade. Para estudar algum domínio discursivo presente nesse universo, é necessário que o analista recorte os “campos discursivos”. Esse segundo conceito diz respeito àquilo que o autor entende como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência e que se delimitam em uma região do universo discursivo. Pode se tratar do campo religioso, filosófico, político etc. O recorte de tais campos é apenas uma abstração necessária do universo discursivo, pois, ainda segundo Maingueneau (2005 [1984]), é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso. O terceiro elemento da tríade é o espaço discursivo que, segundo o autor, delimita-se como um subconjunto do campo, que liga no mínimo duas formações discursivas. Este é definido segundo uma decisão do analista em função de seu objetivo de estudo. Ou seja, o analista circunscreve um lugar no interior do interdiscurso, um lugar que marca, por exemplo, a relação de polêmica, da qual trataremos neste trabalho, ou de aliança, entre, no mínimo, dois posicionamentos.

Pelo exposto até aqui, podemos afirmar que a hipótese do primado do interdiscurso pressupõe a presença do Outro no discurso do Mesmo. E é essa relação inextricável que constitui a identidade dos posicionamentos em confronto numa polêmica.

Desse modo, considerando o discurso polêmico como uma das formas de relação possível no interior de um espaço discursivo dado, Maingueneau, em sua obra *Doze conceitos em análise do discurso*, de 2010, no capítulo “Registro – as três facetas do polêmico”, aborda a polêmica com base na noção de registro e define três dimensões do registro polêmico: a enunciativo-pragmática, a sociogenérica e a dimensão semântica. O termo “Registro” é definido como conjunto de traços linguísticos regularmente associados em um discurso dado. Este termo, que é associado à diversidade das situações de comunicação, é considerado, por

Maingueneau (2010), como uma “unidade transversa”, por atravessar diferentes gêneros de discursos. Nos registros do tipo comunicacionais, há uma junção de questões de ordem linguísticas e funcionais. Maingueneau ressalta que há dificuldades de classificar o registro comunicacional, uma vez que ele não pode ser reduzido a certos gêneros privilegiados. O autor afirma, ainda, que o discurso polêmico está associado a esse registro, pois o polêmico tem a ver tanto com traços linguísticos quanto com traços funcionais.

Em relação à dimensão enunciativo-pragmática do registro polêmico, o autor argumenta que a ênfase pode ser dada não somente nas marcas enunciativas, mas também na força ilocucional da enunciação, que indica tanto a forma como se enuncia quanto a ação produzida pela enunciação. Isso porque, o discurso polêmico mostra-se, encena-se para convencer o terceiro espectador. Nesse sentido, para obter a adesão deste terceiro, cada posicionamento recorre a diferentes argumentos e assume, na defesa desses argumentos, um tom que pode indicar, inclusive, certa agressividade.

No que se refere à dimensão sociogenérica, Maingueneau defende que o gênero e a configuração social são dois aspectos que definem esta dimensão. Nesse sentido, o autor defende a importância da análise social, indicando que tal análise permite observar o discurso polêmico com base nas relações sociais e a partir de um determinado contexto. Para ele, existem gêneros que são mais propensos à polêmica, no entanto, o discurso polêmico não depende necessariamente destes gêneros de caráter explicitamente polêmico, uma vez que é importante considerar também questões relacionadas à configuração social de um determinado espaço histórico.

Quanto à dimensão semântica, o autor afirma que esta é menos evidente, porque ela faz parte da identidade dos discursos que polemizam entre si. Ou seja, para identificar traços da dimensão semântica, é preciso verificar se aquela suposta polêmica não está vinculada apenas a uma situação ou a um contexto dados. Isso porque, se estivermos diante de uma polêmica discursiva, no sentido de Maingueneau, haverá, para além da incompatibilidade contextual, uma incompatibilidade semântica, a qual constitui a própria identidade dos posicionamentos que polemizam entre si. Por isso, esta dimensão trata do caráter constitutivo do próprio campo discursivo, isto é, trata do que define a identidade deste campo, pois é isso que, de fato, produz uma polêmica. Para Maingueneau, a análise da polêmica só se concretiza a partir de uma análise dos traços semânticos.

Após tratarmos, mesmo que brevemente, de cada uma dessas dimensões, é possível compreender, resumidamente, que: a dimensão pragmática aponta para a forma de interação entre dois posicionamentos que polemizam entre si, priorizando, para tanto, as marcas enunciativas quanto as encenações; a dimensão sociogenérica trata da configuração social e textual (genérico-discursiva) dos posicionamentos; e a dimensão semântica trata da identidade semântica dos posicionamentos envolvidos na polêmica. Segundo o autor, tais dimensões são, portanto, indissociáveis.

É importante salientar, ainda, que, ao tratar de polêmica, Maingueneau não está se referindo a um “bate-boca” entre dois indivíduos, ele trata de uma polêmica institucional, que se vincula a um sujeito concebido como lugar na estrutura social. É a partir dessa concepção de sujeito que podemos definir a polêmica entre dois posicionamentos dentro de um espaço discursivo, por vezes constituído dentro de um mesmo campo, mas não só. Para ele, um enunciador não polemiza com o outro tal qual ele é, mas com o simulacro que constrói de seu oponente. O autor propõe, ainda, para que possamos compreender melhor o funcionamento da polêmica, a noção de competência interdiscursiva é bastante importante. Esta consiste na capacidade que o enunciador tem de interpretar, perfeitamente, aquilo que é dito pelo seu posicionamento discursivo e, correlativamente a isso, consiste na incapacidade desse enunciador interpretar o que é dito pelo seu adversário no espaço discursivo. Por isso, a interpretação que o Outro faz do Mesmo, e vice-versa, é sempre um simulacro do que foi, de fato, enunciado pelo seu adversário. Dessa forma, a relação polêmica pode ser entendida como a materialização de uma incompatibilidade constitutiva entre dois posicionamentos discursivos. Estes pressupostos contribuem para identificarmos as diferentes formas de tradução do Outro, seja por simulacros, seja por denegação, ou por meio de outras estratégias enunciativas, como indicamos na análise dos dados que apresentaremos no próximo tópico.

2. Análise dos dados

2.1 Metodologia de análise

Partindo, portanto, da hipótese de que existe uma polêmica entre esses dois posicionamentos (ICAR e IPB), analisamos textos produzidos por sujeitos pertencentes a ambas as denominações religiosas, em sites da internet, a fim de encontrar indícios de que há polêmica no que se refere, principalmente, às perspectivas desses dois posicionamentos acerca da salvação. Após a coleta dos textos, realizamos uma seleção de alguns enunciados que

marcam a relação polêmica entre esses dois posicionamentos discursivos. Primeiramente, analisamos o posicionamento da ICAR, apresentado aqui como discurso agente, o qual defende que a salvação pode ser alcançada por meio das obras. Em seguida, examinamos o posicionamento da IPB, apresentado inicialmente como discurso paciente, que prega que a salvação é alcançada pela graça, mediante a fé. Daremos uma atenção especial aos simulacros, à descaracterização do adversário e à denegação do outro, principais indícios de polêmica presentes no interior deste espaço discursivo.

2.2 Polêmica da Igreja Católica Romana aos Presbiterianos

Os enunciadores da ICAR apresentam a doutrina desta denominação religiosa, no que diz respeito à salvação, com base no pressuposto de que existe um posicionamento contrário ao seu discurso, o qual é refutado por eles no interior do espaço discursivo. O enunciador católico apresenta, como principal estratégia para se referir ao discurso do outro, o simulacro, reinterpretando, a partir de sua grade semântica específica, os enunciados produzidos por seu adversário. Neste sentido, vejamos, no excerto abaixo, como se dá o estabelecimento da polêmica por parte do posicionamento católico:

1. Ainda não entramos em cheio na **refutação**¹ da teoria da salvação **só pela fé**. Fizemos apenas um resumo da doutrina católica sobre a salvação, para esclarecer certos pontos em que se confundem **os nossos adversários**. (Negritos nossos)

Conforme vimos acima, o enunciador católico indica que há, por parte dos evangélicos, dentre os quais estão os presbiterianos, uma refutação em relação à doutrina da salvação pelas obras. Ao usar o termo *refutação*, o enunciador do texto sob análise materializa um pré-construído segundo o qual há um adversário, uma vez que é esse adversário quem o refuta. Tal construção produz um efeito de sentido que indica a existência de uma polêmica. Para descaracterizar o argumento de seu adversário, o posicionamento católico reduz a teoria da salvação apresentada pelos presbiterianos, por meio do seguinte simulacro: “a salvação se dá só pela fé”. Assim, ele acrescenta o operador “só” e suprime o argumento de que, para os evangélicos, trata-se de uma salvação pela graça, mediante a fé. Vejamos, no excerto abaixo, outros simulacros que ajudam a identificar essa polêmica:

2. /.../ para observar como é inexata a doutrina de que só a fé é que salva e de que as boas obras não influenciam na salvação. Queremos dizer apenas

¹ Os negritos neste e nos demais excertos deste artigo foram feitos por nós.

algumas palavras sobre uma **confusão** que fazem os protestantes a respeito do perigo de envaidecimento para aqueles que fazem boas obras, sabendo que elas terão a sua recompensa. (Negritos nossos)

Escolhas lexicais, como: *refutação*, *adversário*, *inexata* e *confusão*, revelam aspectos da função enunciativo-pragmática, marcando, assim, a enunciação polêmica. Estes traços linguísticos contribuem para consolidar a oposição entre ICAR e IPB, caracterizando uma relação conflituosa.

No excerto acima vemos, ainda, uma contra argumentação acerca de um simulacro dos presbiterianos em relação aos católicos, segundo o qual as boas obras produzem envaidecimento.

Nos exemplos abaixo, seguimos observando como a polêmica se constrói no posicionamento católico:

3. Daí aprenderam de **oitiva** a dizer que a glória do Céu não se alcança pelas nossas obras mas **só pela fé**, para que o homem não se orgulhe, não se glorie de ter alcançado a salvação pelo seu esforço. Deus teria querido assim evitar o perigo do orgulho humano, e teria caído noutro ainda maior: teria favorecido horivelmente **à corrupção do homem e ao relaxamento no pecado, impondo somente a fé para a salvação e dispensando a observância dos mandamentos e a prática das outras virtudes cristãs**, entre as quais avulta a caridade, para a consecução da glória celeste. (Negritos nossos)

Segundo a ICAR, os presbiterianos recorrem a um trecho bíblico do livro de Efésios 2:8-9, que trata da doutrina da justificação pela graça, para justificarem sua tese acerca da salvação. O posicionamento católico critica a forma como seu adversário no espaço discursivo lê esse versículo e, para fazer tal crítica, recorre à expressão “aprender de oitiva”, o que, para quem, como ocorre no caso do posicionamento presbiteriano, defende que o conhecimento “verdadeiro” se dá com base na leitura bíblica, funciona como enunciativamente ofensivo. Neste sentido, podemos, mais uma vez, constatar a ação da função enunciativo-pragmática, pois o termo usado favorece a emergência da polêmica, uma vez que marca enunciativamente o conflito entre presbiterianos, que recusam o argumento segundo o qual eles “aprenderam de oitiva a dizer que a glória do Céu não se alcança pelas nossas obras [...]”, e católicos, que são os responsáveis pela referida “acusação”. Ainda nesse enunciado, é possível identificar o funcionamento da dimensão semântica. Isso porque, uma vez que, para os presbiterianos, estudar e se dedicar ao conhecimento é uma de suas características mais importantes, dizer

que eles *aprenderam de oitiva* descaracteriza a própria especificidade do posicionamento presbiteriano, o que aprofunda esta polêmica. Além disso, numa sociedade em que se busca cada vez mais o conhecimento, em que a religião tenta se fundamentar não somente na experiência espiritual, mas também em saberes ligados, por exemplo, ao estudo, a formulação *aprender de oitiva* implica também uma dimensão sociogenérica que aponta, neste caso, para uma configuração social conflituosa. Do ponto de vista do funcionamento semântico do posicionamento católico, o uso dos simulacros *só pela fé/somente pela fé, corrupção do homem, relaxamento no pecado* correspondem também à dimensão semântica, uma vez que, ao reinterpretar o dizer do outro, o posicionamento católico faz isso com base em suas próprias categorias semânticas e, assim, simula destituir o outro em seu próprio terreno, mas, na verdade, para poder, de fato, descaracterizar o discurso outro, o Mesmo não se relaciona com esse outro tal qual ele é, mas apenas com base nos simulacros que constrói dele (MAINGUENEAU, 2005 [1984]). Há, ainda, outras formas de manifestar essa polêmica, como indica o excerto abaixo:

4. /.../ a Igreja Católica tem produzido um número imenso de grandes santos que são conhecidos no mundo inteiro, **muitos dos quais bem estimados e admirados pelos protestantes** /.../. (Negritos nossos)

Outra estratégia argumentativa dos católicos é dizer que os protestantes coadunam com o catolicismo mesmo quando os próprios protestantes negam essa relação, como indica o excerto 4, acima.

Vejamos, ainda, outra forma da polêmica se mostrar:

5. Seguiam nisto a palavra do **Eclesiástico**: Quanto maior és, humilha-te em todas as coisas e acharás graça diante de Deus (Eclesiástico III-20). (Negritos nossos)

6. Nenhuma razão tem, portanto, o católico, **para orgulhar-se de suas virtudes**. (Negritos nossos)

Como vimos no excerto 5 (cinco), o enunciador apresenta um trecho da Bíblia usada pela ICAR, trata-se do livro de Eclesiástico. Este livro é um dos que foram excluídos das Escrituras durante a Reforma Protestante e recusado pelos rabinos judeus. Já, no excerto 6 (seis), o enunciador nega a tese, defendida pelo posicionamento da IPB, acerca do envaidecimento dos católicos, devido as boas obras que realizam.

Nos excertos abaixo, o posicionamento católico afirma, mais uma vez, sua tese principal acerca da salvação. Vejamos:

7. Não há razão, portanto, para Deus deixar de considerar como **CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A SALVAÇÃO a guarda dos mandamentos, a prática das boas obras, por parte do homem (que é livre nas suas ações e portanto tem que mostrar um bom uso de sua liberdade), só pelo receio de que o homem se venha a tornar vaidoso.** Se assim fosse, Ele também deixaria de apontar a **FÉ** como **CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A SALVAÇÃO**, porque a fé é sempre **um ato livre**, uma cooperação humana, e **assim como há o perigo de ensoberbecer-se o homem pelas suas obras, assim também há o de ensoberbecer-se pela fé.** (Negritos nossos) (caixa alta do autor)

8. Por mais estranho que pareça, a glória do Céu, que a Escritura nos mostra como uma **RECOMPENSA** dada ao homem **pelas suas obras**, é também, em última análise, uma graça, um **BENEFÍCIO**, de Deus. (Negritos nossos) (caixa alta do autor)

Aqui, o enunciador católico usa o efeito da caixa alta para afirmar seu posicionamento em relação à salvação, considerando a guarda dos mandamentos e a prática das boas obras como condição necessária para alcançar a salvação. Na tentativa de preservar sua identidade, o enunciador católico apresenta um argumento defendido pelos presbiterianos, o que trata do perigo da soberba para os que praticam as boas ações com a finalidade de alcançar a salvação, e o rebate.

Outro dado interessante, apresentado nos excertos 7 (sete) e 8 (oito), é o de que os católicos consideram o homem livre nas suas ações e a fé como um ato livre. Assim, eles defendem o Livre Arbítrio², um tema que é contestado pela IPB. Dessa forma, o enunciador, mais uma vez, retoma o discurso do outro, opondo-se a ele.

Para finalizar o texto, o enunciador católico recorre a uma suposta citação de Agostinho, um autor importante para os presbiterianos, a fim reforçar, mais uma vez, a relação polêmica. Vejamos como isso se dá:

² “Os presbiterianos creem no livre-arbítrio como tendo sido uma habilidade concedida a Adão e perdida na queda.” O livre-arbítrio, portanto, para os presbiterianos, faz parte da natureza criada, mas não subsiste à natureza caída. Segundo os ensinamentos de Agostinho, os quais são assumidos pela IPB, como pecadores, não podemos realizar qualquer bem espiritual que leve à salvação. Nesse sentido, toda a raça humana está morta no pecado. As pessoas são incapazes, cegas que estão pelo pecado, de converter-se, ou mesmo de preparar-se para isso. Perdemos, portanto, o livre-arbítrio, com a queda em pecado. “Desde então, o homem ficou desprovido de qualquer habilidade para fazer escolhas santas, agradáveis a Deus.” Nesse caso, embora não perca a sua capacidade de fazer escolhas, perdeu a capacidade de servir a Deus sem o pecado. Em outras palavras, perdeu a sua verdadeira liberdade. (Rev. Waldemar Alves da Silva Filho, *Livre-arbítrio: afinal, temos ou não temos?*, Presbiterianos calvinistas blogspot.com).

9. Por isto, tinha razão ao exclamar **o grande Doutor da Graça, Santo Agostinho**: “Deus quando coroa nossos merecimentos, não coroa senão seus próprios benefícios”. (Negritos nossos)

Quando o enunciador do excerto acima cita Agostinho, teólogo admirado pelos presbiterianos, para dizer o que lhe é conveniente, ele subverte a compreensão que os presbiterianos fazem de Agostinho, interpretando-o segundo a grade semântica católica.

Existe, também, um contra discurso acerca da salvação defendida pela ICAR. Vejamos a seguir como se estabelece o posicionamento contrário aos católicos, o da IPB.

2.3 Polêmica da Igreja Presbiteriana do Brasil aos Católicos

Os sujeitos do posicionamento que aqui denominamos IPB afirmam que a salvação não ocorre por meio das boas obras e sim pela graça, mediante a fé que, consequentemente, produz as boas ações. Vejamos um trecho de um texto de um pastor presbiteriano:

10. **Se a salvação é pelas obras, não pode ser pela graça.** Dentre todas as religiões, **somente o cristianismo** ensina que a salvação é pela graça e **não** pelas obras. **A salvação é concedida por Deus gratuitamente e não alcançada por méritos humanos.** A salvação é resultado do sacrifício que Cristo fez por nós na cruz e **não** daquilo que fazemos para Deus. (Negritos nossos)

No enunciado acima, o autor afirma que o discurso segundo o qual a salvação é pela graça não caminha junto com o discurso que defende a salvação pelas obras. Trata-se, ainda segundo ele, de dois termos inconciliáveis. Dessa forma, o enunciador estabelece um conflito entre estes dois posicionamentos. Ao dizer que “se a salvação é pelas obras, não pode ser pela graça”, o enunciador IPB suprime parte do discurso adversário que também considera a graça como um fenômeno indispensável para a salvação. Por meio da expressão “somente o cristianismo”, o enunciador produz um efeito de sentido de que o único e verdadeiro cristianismo é aquele que condiz com seu posicionamento acerca da doutrina da salvação e nega o discurso da salvação por méritos humanos.

Também contribui para o posicionamento da IPB, o uso recorrente da denegação com a finalidade de rejeitar o outro ponto de vista, presente no enunciado católico. É o que podemos ver no exemplo abaixo:

11. “A obra de Cristo por nós e **não a nossa obra para ele** é a base da nossa salvação. É isso que significa: “Pela graça sois salvos”. A salvação **não é uma questão de merecimento. Não** alcançamos a salvação como **um troféu que recebemos de honra ao mérito.** A salvação é um presente

imerecido. Recebemo-la gratuitamente. É dádiva de Deus e **não conquista humana.** (Negritos nossos)

Como podemos observar, no excerto acima, quando o autor diz “não a nossa obra para ele/ não é uma questão de merecimento/ não um troféu que recebemos de honra ao mérito/ não conquista humana”, sugere que estes termos são usados pela ICAR. O que podemos observar é que o autor produz seu enunciado a partir de um discurso contrário, supostamente existente. Assim, o enunciador IPB traduz o discurso do outro a partir da grade semântica do posicionamento ao qual pertence. Dessa forma, por meio da denegação, o enunciador dialoga e contra argumenta com o simulacro que faz do adversário. Sigamos observando como este outro é “desenhado”, a partir da denegação, na forma de simulacros:

12. Não somos salvos por causa da fé, mas mediante a fé. Somos salvos pela morte de Cristo na cruz e recebemos essa salvação por intermédio da fé. A fé é a apropriação da salvação pela graça. **Não é a fé na fé, mas fé em Cristo, o salvador.** (Negritos nossos)

13. A fé, assim como a salvação, não é meritória. A fé é dom de Deus. **Não procede de nós, vem de Deus. Não emana da terra, procede do céu. A salvação não é planejada pelo homem nem realizada por ele.** Deus é o mentor, o executor e o consumidor da salvação. Somos salvos pela graça, para a glória, mediante a fé. (Negritos nossos)

Outro recurso que podemos ver acima, no excerto 12 (doze), que pertence ao posicionamento IPB e é usado por este para defender sua tese, é o uso dos operadores “por causa da” que cria um efeito de finalidade - contrário à sua tese - e “mediante a”, com efeito de intermediação, que corresponde ao seu posicionamento, contrapondo-se a um suposto simulacro criado pelos católicos. Para eles, não se trata de qualquer fé, mas de uma fé salvadora. Do que está reproduzido acima, destaca-se, mais uma vez, o uso explícito da negação “não é meritória/não emana da terra/não é planejada pelo homem nem realizada por ele”, todos eles funcionam como formas de refutar o simulacro que o próprio enunciador produz do Outro a partir da grade semântica que configura a identidade do seu posicionamento. Assim, o simulacro se constrói a partir da denegação. No excerto abaixo, o autor conclui seu texto procurando defender a prática das boas ações, a partir da semântica que constitui as bases de sua doutrina, e continua usando a denegação para contrapor-se ao discurso católico, dialogando com o simulacro que faz do outro:

14. A salvação pela graça mediante a fé não exclui as boas obras. As obras são o resultado necessário da salvação. (...) **Não** há obras que agradem a Deus que **não** procedam da graça e **não** há graça genuína que **não** desemboque em obras. **Se a salvação fosse pelas obras e não pela graça, o**

homem chegaria ao céu por seus próprios esforços e teria razões para se gloriar. Mas ninguém poderá gloriar-se diante de Deus, pois é ele quem efetua em nós tanto o querer quanto o realizar. (Negritos nossos)

Quando afirma “Pela graça, mediante a fé”, ele retoma o seu dizer reforçando que, para esse posicionamento, é pela graça, mediante a fé que a salvação se torna possível, mas acrescenta que essa concepção não exclui as boas obras. Dessa forma, o enunciador desfaz o simulacro do “relaxamento em relação à execução das boas obras”, construído pelo posicionamento católico, e, ao mesmo tempo, produz outras denegações, como, por exemplo, a de que “**não** há obras que agradem a Deus que **não** procedam da graça”. Nesse caso, nega-se um discurso segundo o qual haveria “obras que agradam a Deus, mas não procedem da graça”. Esse enunciado, que está implícito na formulação acima transcrita é apresentado como se fora originário do posicionamento católico.

3. Conclusão

Este trabalho trata de alguns aspectos do discurso religioso. Nele, pretendemos mostrar, apresentando dois posicionamentos antagônicos atribuídos aos enunciadores ICAR e IPB, alguns discursos que circulam acerca da salvação. De maneiras distintas e conflituosas, instaura-se a polêmica entre estes dois posicionamentos. Em ICAR, defende-se a guarda dos mandamentos e a prática das boas obras, por parte do homem, como condição necessária para a salvação. Em IPB, por sua vez, prega-se a salvação pela graça, mediante a fé.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, os dados indicam que, por meio de simulacros, de denegações e de escolhas lexicais, essa relação, que é conflituosa, vai sendo construída na construção linguística dos enunciados. Esses aspectos polêmicos estão presentes, principalmente, na dimensão enunciativo-pragmático, mas também na dimensão sociogenérica, embora tenhamos visto apenas aspectos sociais e não questões de gênero. Em relação à dimensão semântica, vimos que esta foi apenas anunciada, uma vez que, para termos acesso a essa dimensão como um todo, precisaríamos estudar a semântica global de cada um desses posicionamentos, o que, por uma questão de tempo e de espaço, não nos propusemos a fazer neste artigo.

REFERÊNCIAS

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. Sírio Possenti; Maria Cecília Perez de Sousa-e-Silva (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005 [1984].

MAINGUENEAU, D. **Análises de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

DOCTRINA CATÓLICA SOBRE A SALVAÇÃO, feira, 26 de abril de 2016
http://zelozelatussum.blogspot.com.br/2013/01/doutrina-catolica-sobresalvacao_28.html

SALVAÇÃO, MÉRITO OU GRAÇA? 5 de Dezembro de 2011. Por Pr. Hernandes in
Pastorais 5 5790 3 - <http://hernandesdiaslopes.com.br/portal/salvacao-merito-ou-graca/>

LIVRE-ARBÍTRIO: AFINAL, TEMOS OU NÃO TEMOS?, 28 de junho de 2010
<http://presbiterianoscalvinistas.blogspot.com/2010/06/livre-arbitrio-afinal-temos-ou-nao.html>

SOBRE O (A/S) AUTOR(A/S)

Nayara Gleyce Prates Amorim Santos

Mestranda em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin); Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso – GPADis; Bolsista CAPES; E-mail: nayaraprates.as@gmail.com

Talita Souza Figueredo

Doutoranda em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Professora da Rede estadual de Ensino do Estado da Bahia; Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin); Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso – GPADis; E-mail: figueredo.tali@gmail.com

Edvania Gomes da Silva

Doutora em Linguística, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil; Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin); Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso – GPADis; E-mail: edvaniagsilva@gmail.com